

O DISTRICTO DE AVEIRO

PUBLICA-SE A'S TERÇAS E SEXTAS FEIRAS.

Preços: (com estampilha)

Anno, 35540 réis — Semestre, 15770 réis — Trimestre, 935 réis.

Subscrição-se e vende-se unicamente no escriptorio da administração, rua Direita n.º 24. — Publicações de interesse particular, são pagas — Folha avulsa, 40 réis — Anúncios, 20 réis por linha — Correspondência não franqueada, não sera' recebida — Artigos mandados a' redacção, sejam ou não publicados, não serão restituídos.

Preços: (sem estampilha)

Anno, 35000 réis — Semestre, 15500 réis — Trimestre, 800 réis.

NUMERO 84

TERÇA-FEIRA 22 DE ABRIL DE 1862

SEGUNDO ANNO

EXPEDIENTE

Em consequencia da solemnidade do dia, não se publicou jornal na sexta-feira passada.

AVEIRO

AO PARTIDO LIBERAL

Foram ouvidas as apostrophes vehementes, e as praticas audaciosas dos apóstolos da reacção. Lavra o scisma no dominio da consciencia, e o povo é victima das funestas preoccupações espalhadas adrede para rendel-o pelo terror, e embrutecel-o pelo fanatismo. E' este o começo do vasto e tenebroso plano urdido de ha muito para o triumpho dos elementos theocraticos. Denuncia-o hoje uma successão de factos cuja significação desfaz todas as incertezas e aclara todas as duvidas. Vimos exhibir os ante os fiscaes da lei, e ante os homens de sinceras crenças liberaes para que uns cumpram o seu dever, e os outros se agrupem em torno das instituições ameaçadas.

A Nação havia o dito. A desamortisação dos bens das ordens religiosas era um grande elemento de guerra ao liberalismo. Primeiro tentava-se a irritação dos animos contra a medida. Aspirava-se talvez á sedição e á revolta declarada. Não importavam os meios. O fim era indispôr as massas contra o governo constituído, e incital-as á desobediencia revocando as tradições piedosas d'um passado de tyrania clerical, e acendendo nos animos dos menos instruidos o fogo de uma superstição desordenada e impetuosa.

Não logrou o intento. O povo respeitou as ordens emanadas dos altos poderes do estado, reconhecendo-lhes os direitos que os partidarios da reacção porfiavam em negar-lhes. A desamortisação começou a operar-se pacificamente, dando os mais proveitosos e innegaveis resultados para as ordens religiosas.

A Nação, e os seus adeptos mudaram então de tactica. Passaram ao dominio da consciencia. Vasculharam nos vastos archivos dos canonicos da curia, subtilidades canonicas em que fundar escrupulos que podessem incutir aos compradores persuadindo-os de que estavam incurso nas penas ecclesiasticas por se acharem possuidores de bens usurpados á igreja. Contavam para isso e contavam bem com a dedicação da parte do clero que está completamente vendida aos seus interesses politicos, e empenhada no exito da mesma causa. Não se illudiram desta vez as suas esperanças. Os seus votos foram cumpridos. A perturbação das consciencias foi o seu primeiro triumpho!

Vamos, porem, á individuação dos factos. Entre as pessoas que arremataram bens pertencentes aos conventos, ha a viuva de um antigo negociante d'esta praça, mulher timida, e escrupulosa, cujo espirito se deixa talvez dominar um pouco pelas influencias do confessorario. Foi ella por occasião da quaresma cumprir com o preceito da desobriga. Procurou o seu confessor habitual, um padre Manoel Soares, procurador das freiras dominicas, reacionario

façanhudo, não tanto por elle, como pelas ligações intimas que tem com o ex-vigario geral Sequeira, homem astuto e de ferozes instinctos, que passa por ser, n'este bispado, o chefe da reacção clerical.

O apostolico varão declarou á sua confessada que, tendo ella comprado bens usurpados aos conventos, a não confessava por que a não podia absolver. A pobre mulher sentio apavorar-se-lhe o espirito sinceramente religioso, e perguntou que podia ella fazer, ou a quem devia dirigir-se para obter as benções da igreja. Indicou-lhe o padre o seu chefe de seita, Sequeira, declarando-lhe que se esse ou o prelado da diocese a não absolvesse, elle de certo o não podia fazer.

A penitente dirigio-se a casa do sr. padre Sequeira, que recebeu com modos epigrammaticos, e confirmou a affirmativa do seu adepto, acrescentando que não só a não podia absolver, mas que se eximia de tractar com ella, porque a considerava excommungada, em quanto não cumprisse com o preceito canonico restituindo os bens de que indviduamente se achava de posse. Imagine-se o effeito que esta declaração poderia produzir em um espirito timido e debil. A afflicta viuva foi d'alli procurar o sr. vigario geral, quiz logo ceder os bens arrematados a um dos filhos, e a final recebeu em resposta que se ia consultar o nuncio e que em vista da resposta d'elle, se veria o que havia a fazer.

Encarregou-se officiosamente da consulta o sr. padre Soares. S. em.^a respondeu de prompto: *desunt facultates*. Foi logo a resposta notificada por pessoa de confiança aos dois parochos da cidade, a diversos ecclesiasticos, e cremos que até ao sr. vigario geral. Em vista d'ella, diga-se a verdade, a maioria exitou. Sinceros ou melancolicos, appareceram os escrupulos de ir contra á auctoridade do chefe espirital. O parochio da Vera Cruz escreveu a um deputado, seu parochiano, tambem arrematante dos mesmos bens, pedindo-lhe attentiosamente que evitasse sobre-carregar a sua consciencia com escrupulos, não se desobrigando este anno na freguezia como era costume, e a um outro individuo nas mesmas circunstancias que procurou a igreja, pediu-se-lhe que espaçasse a confissão até que chegasse instrucções que se esperavam!

Quem solicitara essas instrucções, e d'onde se esperam ellas? Eis o que não sabemos ainda. O que é certo é que os individuos a quem nos referimos estão ainda por desobrigar. Até aqui chegam as nossas informações, informações positivas e que nós estamos promptos a corroborar com testemunhos authenticos; mas alem d'essas instrucções que se dizem pedidas para Roma, asseveram-nos agora que já se sollicitara tambem um breve de absolvição, no caso d'ali ser considerado preciso, para ser admittido ao gremio da igreja um individuo incurso nas mesmas penas!

Temos pois Roma a dominar em Portugal; temos o clero portuguez, contrariando as disposições do governo de Lisboa, em vista de instrucções da curia apostolica; temos um poder estrangeiro superior ao poder do estado, annullando-lhe as disposições, e revolucionando as consciencias contra ellas! Não commenta-

mos. Entregamos os factos que acabamos de expôr á discussão do parlamento, e da imprensa, á consideração do governo e dos homens liberaes. Por agora accrescentaremos apenas duas perguntas.

Quem auctorizou o sr. padre Manoel Soares a dirigir-se directamente ao nuncio de Lisboa, antes de saber a opinião do seu prelado? Em que se fundavam os seus escrupulos para negar a absolvição aos que haviam arrematado bens postos em praça em vista d'uma lei legitimamente promulgada?

Estes escrupulos são deliciosos. O consciencioso sacerdote ignora o direito patrio, e parece que se desculpa com uns artigos publicados recentemente pela *Nação* e pelo *Bem Publico*. Os dois orgãos da reacção são os seus unicos oráculos, porque elle ignora tudo, até a disposição dos artigos 137 e 138 do Cod. Pen. Quanto ao nuncio, s. eminencia ha muito que trabalha por introduzir o scisma em Portugal, e não podia desprezar tão azada occasião. O ensejo veio-lhe talhado de molde. Culpe-se, porém, o governo a si, de que elle esteja ainda ali apadrinhando e dirigindo a reacção. Em outro tempo não era precisa mais essa prova dos seus maneios reaccionarios para que s. eminencia recebesse os seus passaportes, e fosse obrigado a sahir do territorio portuguez dentro de quarenta horas. Não era factio novo, nem sem precedente nos annos das nossas relações com a corte de Roma.

Dirigimo-nos ao partido liberal, porque é preciso que elle vele pela liberdade ameaçada. Disse-se que a reacção era um mytho de espiritos preoccupados. Quiz-se fazer ver nas maquinações porque ella se denunciava, quando muito, apenas o estrebuchar d'uma facção moribunda. Agora ahi a tem desmascarada. Fechem os olhos, se não querem ver-lhe o rosto. Ousem negal-a se ainda podem. Defendam as intenções pias dos seus coripeus, se lhes resta ainda coragem para isso.

Valentes do Mindello liberaes de 1834! sois já poucos, e enfraquecidos pelos annos, mas sois ainda bastantes para proteger a vossa obra, que alguns dentre vós hão abandonado cobardemente aos ataques insidiosos dos inimigos que com tão altos esforços de heroismo derrotastes na Asseiceira, em Almoester e nas linhas do Porto. Urge a vossa presença para animar os tibios e dar alento a uma geração que vê quasi indifferente escapar-lhe das mãos os fructos das vossas heroicas conquistas. Antes de irdes descansar no tumulo, a patria exige de vós este assignalado serviço.

Ao governo cumpre pôr quanto antes termo a este abuso da influencia espiritual do clero sobre o povo. Sabemos que muitos dos membros d'essa respeitavel classe, são os primeiros a revoltar-se contra esses abusos e a lamentar-lhe as consequencias. Consolem-nos essas honorrissimas excepções, mas corrijam-se e cauterisem-se esses membros putridos, que estão não só corrompendo a classe, mas prejudicando a religião.

Pela nossa parte não largaremos de mão o assumpto, em quanto os poderes do estado não cumprirem o dever que as leis, e a sua propria dignidade lhes impoem: Não é nestas circunstancias que a tibieza e a inercia pode admittir-se da

parte de nenhum governo. E' necessario coragem para entrar na luta, que já não pode desfargar-se nem addiar-se. Nós estamos no nosso posto, e não o abandonaremos, em quanto a liberdade for ameaçada pela reacção. Protestamos a uns e outros.

Houve no domingo no Porto, uma grande reunião para concertar nos meios de obter promptamente a demissão do sr. barão de Moreira, de conselheiro geral portuguez no Rio de Janeiro.

São perfeitamente legaes estes meios de obter justiça, e não é para admirar que os inimigos d'aquelle funcionario os empreguem contra elle: o que espanta e chega já a causar asco, é o character impertinente que se tem querido dar a esta questão, em que muita gente entra de certo de boa fé, mas em que muita outra entra por uma especulação mais sordida ainda do que podem ser as faltas do conselheiro do Brazil.

Seguramente o barão de Moreira é uma das primeiras notabilidades d'este paiz, por que não sabemos de ninguem a quem se tenha dado tão alta importancia, movendo-se-lhe tão crua guerra. A impressão que de tudo isto resulta é triste, principalmente para a moralidade deste paiz.

A. P.

Prometteu-se crear junto aos principaes ou a todos os estabelecimentos de instrucção secundaria do paiz, uma pequena bibliotheca, que contribuisse para pôr ao alcance de todos certas obras, que posto que muito procuradas, nem todos estão nas circunstancias de as possuir. Foi festejada a promessa. Acolheram-a de todas as partes como um serviço á instrucção, aquelles que tem fé no progresso pela diffusão dos conhecimentos, e pela vulgarisação da leitura por todas as classes.

Fomos deste numero. Temos por assignalado serviço a creação desses peculios litterarios, de que tão carecido está o nosso paiz.

Effectivamente a promessa, se não está realisada, não esqueceu. E isso é muito entre nós. Quando os ministros se succedem, e, longe de os guerrearem, herdam as ideias e os compromissos dos seus antecessores, é prova de que elles tem o assentimento publico, e que não é possivel obliterar os das memorias das secretarias. Mais tarde ou mais cedo se realisam.

A da creação das bibliothecas escolares está de certo neste caso. O sr. ministro do reino com intuito de a realizar acaba de annunciar a resolução de mandar vender em mercados estrangeiros alguns livros antigos, e de remoto ou secundario interesse para a maioria dos leitores a fim de, com o seu producto, comprar livros elementares para prover essas bibliothecas. Posta a ora de parte a apreciação desse proposito, o que nos importa é fazer vingar o pensamento. Não pode duvidar-se que o que d'aqui se infere é que nas altas regiões do estado se projecta levar-o a cabo. Isso é o principal, e se não estivessemos já obrigados pelo costume a esperar tempo infinito a realisção dos mais santos e uteis pensamentos, pediríamos instantemente a s. ex.^a que empregasse toda a sua solicitude para que se não demorasse a deste que apontamos.

FOLHETIM

PROBIDADE NO AMOR.

(Continuação do n.º 79.)

Publicava-se em Bridlington uma folha hebdomadaria, e com ella distribuia-se aos assignatados uma lista das pessoas e familias, que diariamente chegavam á localidade para tomar banhos do mar. Por ella se verificava a presença de todos os que tinham por costume ir ali, mas alem d'esta vantagem offerecia outra mais agradável, e chistosa, qual era a de se poder visitar um amigo, que tivesse vindo na vespera, e que pensasse ser ignorada a sua vinda.

Percorremos os nomes que vinham na lista, e deparamos com o de M.^{es} Edwards precedido das iniciaes e W., como pertencente a uma familia de *Wikefeild* d'aquelle mesmo *Wikefeild* donde era o *Vigario*, de Goldsmith.

Meu tio disse-me que tirasse o partido que fosse possivel da aventura que me proporcio-

nava o character romantico de M.^{es} Edwards. Acrescentou que eu estava moço e que a mocidade devia empregar-se de modo, que depois na velhice não tivesse de lamentar a perda e o desperdicio de muitos favores, que só a ella o amor dispensa, que o amor fechava as portas á velhice, e que era em vão que um homem de cabellos brancos tentava abril-as.

Lembra-te pois de que quando fores velho serão baldados todos os desejos, que porventura tenhas de resuscitar os tempos da juventude. Por isso folga agora, e pede ás mulheres não só o que ellas queiram dar-te, mas tudo o que for necessario para o teu coração não jazer adormecido.

Fui para o meu quarto e ali meditei sobre o que me cumpria fazer. Sem querer estava a amar M.^{es} Edwards, e a carta, que tinha recebido, se era d'ella, como tudo demonstrava que era, ainda mais fazia augmentar a affeição que já lhe consagrava.

Ocorreu-me um expediente depois de muito meditar.

Peguei no chapéo e fui ao quebra-mar onde contava que estivesse M.^{es} Edwards. Encontrei-a mais adiante na praia, onde se entre-

tinha com a sua amiga a apanhar buzios e conchas. Aproximei-me d'ellas, e, depois de as cumprimentar, disse a M.^{es} Edwards que desejava fallar-lhe. Ella escutou sem se admirar a expressão d'este desejo, e voltou-se como ar mais natural e digno para a sua amiga, dizendo-lhe:

—Espera um pouco em quanto vou fallar a este sr.

Afastamo-nos algum tanto, e tirando do bolso a carta que recebera, perguntei simplesmente a M.^{es} Edwards se fora ella quem a escrevera. Depois de córar muito respondeu-me:

—Bem sei que o que acabo de praticar está fora de todas as leis da conveniencia, mas que quer? Quando eu era pequena já minha ama dizia que a sensibilidade do meu coração havia de concorrer para que fosse mais tarde victima d'uma affeição grande e verdadeira.

Fui eu que escrevi essa carta. Quero contar-lhe como é que o amei, e como foi que, desde o momento em que o vi, tem sido o meu pensar continuo e incessante.

Como vês era uma cousa nova. Tinham-se trocado os papeis. Era M.^{es} Edwards que

me fazia uma declaração em vez de ser eu que lh'a fizesse a ella.

—Uma noite já tarde bateu á porta de minha casa um homem, que pedia agasalho, e que se dizia naufragado. Minha mãe era muito caridosa e instou com meu paç para que cedesse aos rogos do infeliz. Effectivamente foi recolhido como pedia. Eu estava no meu quarto, e só no outro dia é que o vi. Era um rapaz trigueiro, alto, e de cabellos pretos. Fallava o inglez, e contou-nos a todos que era capitão d'um navio hespanhol, que vinha de Cuba para Liverpool com generos colonias. O navio apezar de novo e solidamente construido não podera resistir á tempestade que fazia no canal, e despedaçara-se de encontro a uns rochedos perezendo a tripolação e escapando elle só por se segurar a um mastro, que o ajudara a ganhar a praia. Que depois viera pedindo esmola até ali, e que esperava ganhar a cidade maritima mais proxima a fim de requisitar do respectivo consul os meios de que carecia para sua subsistencia em quanto senão transportava a Hespanha.

M. de M.

(Continúa.)

Agora quanto á resolução annunciada. Vi-mos ali combater a com o pretexto de que era indecoroso para o paiz mandar vender livros no estrangeiro, embora fosse com o fim de adquirir outros. Acudiu o *Journal do Commercio* que não só não havia vergonha nacional em alienar livros de que se não carecia, procurando os mercados onde elles podiam obter melhor preço, mas tam-bem que d'ahi resultava um proveito real para o thesouro, usufruindo dessa venda talvez uns quarenta contos, que podia empregar melhor em livros de mais geral interesse.

Não nos inclinamos absolutamente a ner-huma das opiniões. Achamos justo que se vendam algumas obras das que existem ali a montões por essas bibliothecas, presa de traça, e da hu-midade. Se ellas hão de estar a inutilizar-se nos desvãos infectos onde se acham, melhor é certamente que se vendam, trazendo lucro ao estado, e indo fructificar os espiritos com pro-fundezas de erudição, embora entre estranhos. Disso mesmo nos pode vir a nós futuro pro-veito. Mas entendemos tambem que só devem vender-se aquellas de que nós possuímos tal co-pia de exemplares (e muitas haverá neste caso) que nenhuma falta nos faça alienar uma parte delles. Vender as que precisemos para nós, só porque dellas poderemos tirar grande ou pequeno interesse isso por modo nenhum. Se o fizessem, tinha lugar a censura do contraditor.

As bibliothecas escolares assim como não devem ser repositórios de velhos e seccantes car-tapacios, assim não devem tambem resumir-se a colleções de livros de pura leitura escolar, só de interesse para a puelle que ainda frequen-tam as aulas. Se o pensamento fosse tão restric-to, seria inutil, porque não devem ser só esses que frequentem essas archivos, e as creanças que cursam os nossos lyceus de instrução sceunda-ria em algumas das suas aulas, raro tem a cu-rioidade de buscar instruir-se por outros livros mais que os da sua lieção quotidiana.

Agora quanto a vergonha nacional, não ve-mos onde a haja. Se nós possuímos mais de cer-tos livros do que uma outra nação, vendemo-s-lhos para comprarmos outros de que nós temos menos do que ella. Onde vac isto de encontro ao decoro do paiz? Pode talvez dar indicio da nossa pobreza? Se é só isso, não vale a pena discutir. Tantas cousas o estão apregoando, que mais uma não faria ao caso. Desgraçadamente somos pobres, mas todos o sabem, e nem sequer temos já direito a corar.

A. P.

Não escrevemos a favor dos vagabundos po-líticos. Recambiamos essa expressão aos que a haviam empregado, e perguntamos-lhes a quem a dirigiam. Convimos que ella seja feliz, e temos a convicção de que define muitos caracteres desta epocha; mas por isso mesmo é que deve ficar pertencendo áquelles a quem principalm-ente convem como unica definição possível do seu caracter politico.

Não se faça desentendida a *Revolução*, nem procure trazer a questão a um terreno incon-veniente, para ella sobre tudo. Quem fallou em vagabundos? Não fomos nós de certo. Para que se queixa pois se lhe notaram que fallava em corda em casa de enforcado?

Não podemos deixar de dizer duas palavras a respeito do sr. José Estevão, já que a *Revolução*, seguindo o seu velho costume, não quiz perder a occasião de se deixar escorregar para o campo das personalidades.

O sr. José Estevão não é que desertou. Os seus amigos é que desertaram. E quer saber a *Revolução* donde deve ser considerada, e nos consideramos a deserção? Dos arraiaes do velho partido progressista, onde o sr. José Estevão militou, onde milita, e onde cremos que hade sempre militar.

Mas abandonou os seus antigos amigos, e foi só, diz a *Revolução*. Engana-se. Nem aban-donou nem foi. Essa não é a verdade. Ficou e abandonaram-o a elle. Quando os homens com quem estava ligado, sahiram, por uma destas va-riantes proprias da sua politica, dos principios em que todos unanimemente commungavam, o sr. José Estevão não quiz segui-los. Permaneceu no seu posto. Foram-se-lhe uns partidarios, e vieram-lhe outros, alguns dos quaes, é verdade, o tinham injuriado em outro tempo. Recebeu estes como se despedira daquelles: sem inquirir as suas procedencias ou as suas opiniões, particulares, importando-se unicamente da conformidade ou desconformidade dos seus principios.

Neste paiz é um facto averiguado que nun-ca se cura dos principios, mas dos homens. E' por isso que o correspondente do *Journal do Porto* citado pela *Revolução*, e muita outra gente conside-ra as deserções segundo o numero dos que se sepa-ram. Quem tem razão é sempre o maior numero. Não se pergunta de que lado está a coherencia dos principios. Um individuo separou-se d'um gremio a que estava ligado. Logo esse individuo é que mudou de politica, porque os homens e não as ideias é que são a politica!

A coherencia da *Revolução* é assim! Mas advirtam que, mesmo por este lado, tem sido d'uma tal versatilidade nas suas opiniões a res-peito dos homens, que não pode atirar a pedra a ninguém.

Agora veja-se o que o correspondente do *Journal do Porto* respondeu ao mesmo artigo da *Revolução*:

«A *Revolução de Setembro* de hoje (15) ap-proveita alguns periodos das minhas correspon-dencias, em que me referi ao sr. José Estevão, descrevendo a sua impopularidade na camara, e procura inculcar-se como defensora officiosa do illustre orador.

E' pena que aquelle jornal não transcreves-se tambem o que eu ha poucos dias dissera ácerca da entrada do sr. José Estevão para o mi-nisterio do reino. Como eu então avaliara com merecidos gabos e justos louvores a capacidade politica do sr. José Estevão, não fizeram conta ao jornal da opposição as minhas phrazes, tanto mais sinceras quanto vinham de penna pouco af-feiçoada ao sr. José Estevão. Isso não lhe servia. Era louvar a um grande orador, a um homem de immensos recursos intellectuaes, a uma capacida-de longamente provada no tracto dos negocios publicos. Isso não quiz a *Revolução* transcrever. Não lhe servia aos seus intuitos.

Agora, quando eu historiei um facto, a que a *Revolução* tem alludido mais d'uma vez — fac-to, que não desluz, nem amesquinha o credito e capacidade do sr. José Estevão — facto, que pro-va mais uma vez, que nem sempre a atreola da popularidade acompanha os grandes talentos, e que os applauzos e ovações parlamentares não são a expressão leal das convicções, — quando eu es-crevi o que todos sabem, é que a *Revolução*, fin-gindo pudor, que ninguém lhe reconhece, desce á estacada a quebrar lanças em favor do sr. José Estevão, lamentamos as injustiças, d'este para com os seus caros e leaes amigos!

Que sordida especulação!

Ouviram dizer que o eminente orador, que vale mais do que a maior parte dos seus adver-sarios, não estava na melhor harmonia com al-guns dos ministros, e aproveitam logo o ensejo para lhe queimar o incenso, e attrahir de novo a ovelha transviada ao antigo redil!

Mizerias sobre mizerias!

O sr. José Estevão é grande de mais para se abater a contemplar estas pequenezas. Cada um tem o seu lugar na scena politica. Ha gente, que nasceu para ser o que é. A *Revolução* desem-penha o seu papel.

Pela minha parte cumpro o meu dever. Lou-vo, quando a consciencia me diz, que devo lou-var. Censuro, quando me parece que seria inopor-tuno o louvor. Não alugnei a penna a nenhum corrilho. Não recebo inspirações senão da minha consciencia. Bem sei que todos fazem o mesmo. Nada tenho com isso. Ha uma escola politica, cuja principal maxima consiste em louvar, ou condemnar sempre segundo as conveniencias de taes e taes corrilhos. Não pertenco a essas escho-las. Prezo-me de manter n'este lugar a possível imparcialidade. Digo o bem, mas não occulto o mal, do mesmo modo que denuncio este, sem es-curecer, nem encobrir aquelle. Esta é a minha politica, e é tambem a do *Journal do Porto*, que — de passagem seja dito — nem é sustentaculo deste, nem de nenhum governo. Diz a verdade, co-mo a entende, e não está ao serviço nem de ho-mens nem de corrilhos politicos. Serve o seu paiz, e isso lhe basta. Sabe que não pôde agradar a todos, mas agrada a si proprio, e esse é o seu fim.»

A. P.

Com a devida venia transcrevemos do *Jor-nal do Commercio* o seguinte e notavel artigo:

«Longe das intrigas dos partidos, exemptos de todo o influxo das paixões politicas, mirando ao bem commum sem que nos offusque a razão nem o amor exagerado, nem o ódio faccioso, ha-vemos opinado, sempre e continuaremos opinan-do sobre os negocios publicos, sem que infende-mos a nossa intelligencia ao serviço de nenhuma facção e penduremos a nossa penna, como offen-denda votiva, no altar de nenhum orago partidario.

A nossa escripta não tem por fim cortejar nenhum homem, affagar os erros de nenhum par-tido, justificar os preconceitos de nenhuma par-ceria. Não lisongeamos ambições, servimos o paiz como sabemos. Não é nosso intento principal que nas lides publicas triumphe tal nome, senão que vençam e floream os principios liberaes, as ideias de civilização, os sentimentos de bem en-tendida tolerancia, os planos de melhoramento publico. Se algum dos partidos existentes pela sua indole propria ou pela sua reformação e pe-nitencia podesse satisfazer estas nossas aspira-ções, esse havia de ser o nosso partido. Se ne-hum d'elles com os abusos e degenerações em que tem cahido pôde já hoje corresponder ás es-peranças do paiz, forcejaremos continuamente por que das ruinas dos velhos partidos se levante novo traço, edificio novo, em que sem desaproveitar inteiramente os materiaes já lavrados, se componham e agreguem segundo um risco mais consentaneo ás tendencias e ao caracter da actual civilização.

E' obsoleta e antiquada a forma d'estes vel-hos edificios, onde se abrigam os partidos de outro tempo. A architectura politica tem hoje novas exigencias, a que não podem satisfazer os mestres e operarios educados nas escolas vicio-sas do passado. Nestas antigas construcções ha traços grandiosos que revelam os capitulos mais honrosos da historia de cada tribu-politica. O tempo tem sobre elles exercido o seu officio de-molidor. E' veneranda a fabrica e a constructu-ra de uma velha cathedra normanda. Mas como a haveis de acomodar a usos que nem poderam sonhar os seus edificadores? O século pede-vos estações monumentaes de via ferrea, palacios de industria, officinas collossaes, escollas populares, edificios consagrados ás obrigações da caridade. E porque tendes monumentos vetustos de outras éras, haveis de crêr-vos dispensados de erigir as edificações da moderna civilização? Porque tendes os Jeronymos ou a Batalha, não haveis de levantar dos fundamentos os templos profa-nos, votados ao culto dos modernos interesses so-cioaes?

Assim são os partidos do passado. Veneran-dos, mas solitarios; historicos, mas sombrios. Fundaram-se para outro estado social. A socie-dade, que é superior aos partidos, marchou em-quanto elles se immobilisaram. Exigiu novos tra-balhos, novas obras, e os partidos, que são os instrumentos da civilização, acharam-se embota-dos e improprios para o novo lavor que d'elles se exigia.

Os partidos são como as grandes familias heraldicas. Quando os seus braços se tornam il-lustres pela sua antiguidade, os partidos volvem com saudade os olhos ao passado, desconfiam de todos os que não tiveram o seu berço no solar privilegiado; irrogam-se com jactancia todas as obras que foram comprehendidas em honra da ci-vilização, e descreem de outras que no futuro se possam tentar e concluir.

Chamae um velho liberal de 1817, d'aquel-les que escaparam ás fogueiras do campo de Sant'Anna, d'aquelles que conspiravam nos sub-terraneos, jogando todas as noites a cabeça nos transe do seu exaltado patriotismo. Fomos nós, dirá elle, os unicos, os verdadeiros liberaes que jámais houve n'esta terra. Quizemos desaffrontar a nação do desaire com que nos estava subju-gando um proconsul estrangeiro. Esta era a verda-deira liberdade, este o primor do verdadeiro pa-triotismo.

Vinde cá vós agora, orador, tribuno, regen-te dos tempos revolucionarios de 1820. Quem fo-ram, dizei-nos, os verdadeiros liberaes de Portu-gal? — Nós o fomos; os que vieram depois corromperam a obra de tanta abnegação e heroici-dade. Nós fizemos tudo, quanto cumpria á pros-peridade d'esta terra. Abolimos a inquisição, de-cretámos o tribunal da imprensa, vestino-nos de saragoça nacional para significar a suspeição per-manente da nação contra as industrias estrangei-ras, prohibimos a importação dos cereaes e re-novámos em discursos eloquentes as theorias poli-ticas do XVIII secolo.

Ide-vos em paz. Sois benemeritos da patria, porque fizestes o que estava em vosso poder. Se-meastes a liberdade, mas não lhe pedestes mon-dar envolta o campo de todos os preconceitos que a deviam esterilizar. Os carcerees, os exilios, os patibulos, em que muitos de vós confessaram heroicamente a sua crença, são ainda hoje os mo-numentos da vossa gloriosa dedicação. Mas pas-sastes o vosso tempo. Sois um partido que per-tence á historia.

Chegae agora vós, briosos e guerreiros libe-raes de 1832; vinde, soldados da villa da Praia, defensores das linhas do Porto. Trazei n'uma das mãos a espada dos combates, na outra a penna com que escrevestes, sob a dictadura do imperador, os primeiros e mais vigorosos traços da reforma constitucional. Quem é, dizei-nos, o verdadeiro partido liberal d'este paiz? — E' o ve-lho partido cartista. Nós fizemos tudo o que ha-via de mais glorioso e difficil de acabar. Depois de nós vieram os imitadores sem inspiração e os copistas sem talento. Nós reunimos os triumphos militares e as honras de legislador. Foi com a nossa bandeira que as raras phalanges dos nossos heroes levaram diante das suas bayonetas o des-potismo; foi do meio dos nossos quadrados que a reforma liberal vibrou os seus golpes derradeiros ás instituições da velha monarchia.

Alto lá, gloriosos filhos de Portugal. Obras-tes prodigiosos heroicos; mas a vossa missão ter-minou ha muito tempo. Depois dos decretos da Terceira, e das vigorosas medidas do imperador, ainda ficou muito que legislar n'este paiz. Ornae de loiros as vossas frentes, porque leal e honra-damente os heis ganhado. Mas já lá vão longe os vossos feitos de valor e devoção pela causa na-cional. Sobre as vossas benemeritas acções de-correu uma revolução inteira. Ide-vos em paz. Sois um partido que pertence ás mais honrosas e brilhantes commemorações dos fastos nacionaes.

Avançae agora, resolutos parlamentares da opposição de 1834, estadistas e tribunos da re-volução de 1836. Vinde, vanguarda impetuosa d'este exercito, ennobrecido por tantos rasgos de dedicação e de sacrificios pelas liberdades portu-guezas. Qual é o verdadeiro partido liberal d'esta nação? — Fomos nós os que proclamámos a re-volução de 1822, os que armámos o povo para conter as demasias do poder, os que legislámos com o mosquete ao hombro, sob a incansavel ins-piração de Passos Manuel, os que subemos vi-vificar o espirito liberal, os que plantámos no torrão natal as mais fecundas sementes da demo-cracia, os reptámos mais tarde a reacção, inau-gurada em 1842, os que, ora cidadãos ora sol-dados, nos comicios, na imprensa, na tribuna, ou nos campos de batalha, organisámos a resistencia legal, enquanto foi sufficiente a insurreição, quando a suprema lei da salvação commum nos disse que appellassemos para o temeroso tribunal da guerra civil.

Pois bem honrados cidadãos. A patria agra-dece-vos o terdes mantido acceso o fogo civico, conservado as tradições liberaes, continuado os esforços patrioticos, com que desde a Terceira até ao Porto, desde o Porto até á ultima batalha da liberdade, os seus heroes asseguraram a sua dominação. Mas não se trata hoje de conflagrar o paiz na guerra civil, de separar os partidos pe-lo sangue, de filtrar as ideias pelo odio, de apos-tolar os principios pela espada. Vós fostes bene-meritos para o vosso tempo, ainda o sois hoje pela memoria dos vossos feitos assignalados. Mas os tempos mudaram, a liberdade cresceu e pros-perou, as instituições estão hoje consolidadas e assentes. Basta hoje rebusteel-as, aproveitai-as, fazer que nos liberalisem todos os seus fructos; a missão d'esta época é enlaçar a liberdade com a ordem, a ordem com a civilização.

Os partidos do passado não podem ser os

instrumentos da obra do presente, nem os opera-rios do futuro.

O problema social é hoje outro. Não se tra-ta hoje como em 1817, de succudir a arrogancia de um proconsulado e forrar Portugal ao oppro-brio de ser a colonia da sua colonia. Não se tra-ta, como em 1820, de ensinar á monarchia abso-luta, que a revolução moderna oppoz á magesta-de das dynastias a magesteade do terceiro-estado. Não se trata, como em 1832, de resgatar a pa-tria do jugo dos barbaros domesticos, que a affligiam e vexavam. Não se trata, como em 1836, de começar o noviciado da democracia e de ades-trar os cidadãos na escola das luctas civis, por onde passam fatalmente todas as nações, como por uma necessaria provação, na sua difficil iniciação politica. Trata-se de utilisar as forças de uma so-ciedade pacifica, de refreiar pelas leis as deman-sias reaccionarias, de conquistar para o paiz todos os beneficios do progresso moral e physico, de despir todos os preconceitos que ainda enturvam a pureza da liberdade.

Para esta obra os partidos velhos são decre-to inefficazes. Para resolver o governo, no parla-mento, na imprensa, nos comicios, em todos os tribunaes onde julga a opinião, é preciso que o novo partido liberal reuna as qualidades dos que o antecederam, expurgados os defeitos e abusos de que elles no seu tempo se não poderam total-mente emancipar. A abnegação de 1817, o pa-triotismo de 1820, a perseverança de 1822, a au-dacia de 1836, o civismo de 1847; um partido que se prenda ao passado pelas suas tradições, e se ligue ao futuro pela despreocupação do seu espirito e pela largueza dos seus intuitos; um partido que tome dos seus predecessores os exem-plos de civismo, e que aprenda do seu tempo a sciencia do governo; um partido que profun-damente se convença de que é mais largo o porvir do que o pretérito, e que a civilização-prostrou ha muito na sua corrente irresistivel as mal-seguras marcas do Deus Termo; um parti-do que tenha sobretudo a ideia, pois que estão passados provavelmente os dias em que a força tem de intervir nas pendencias da liberdade; um partido que seja democratico, na mais nobre, mais pura, mais racional e mais proficua das suas accepções, que professe a democracia da paz, a democracia da razão, a democracia do direito, a democracia do trabalho, em vez da democracia espectacular, que prega nos hombros de um paiz a purpura irrisoria da soberania nacional, e o converte n'uma nação de proletarios. »

Podem-nos a publicação do seguinte:

Copia da copia

Illustrissimo Senhor — Circular n.º 529.
Transmitto a V. S.ª por copia o adjunto Officio do Conselheiro Procurador Geral da Co-rôa de 12 do corrente, e Portaria do ministerio das Obras Publicas de 6, para que lhe sirva de norma nos cazos occorrentes. — Deus Guarde a V. S.ª — Lisboa, 17 de Junho de 1857. — O procurador Regio. — Ill.º Sr. Delegado do Pro-curador Regio da Comarca de... — Copia — Procuradoria Geral Corôa. — N.º 812.

Ill.º Sr. — Expressamente determina a Nov. Ref. Jud. no art.º 290 — § 2.º que, mos-trando-se que annunciação da nova obra provem de malicia e fraude, o Juiz, procedendo á com-petente vistoria, mandará proseguir a obra até ser finda — Acontece frequentemente que as O-bras Publicas são embargadas pelos particulares sem fundamento de prejuizo real, resultando da suspensão da obra durante a acção grave detri-mento á cauza publica, mormente nas vias fer-reas, cuja construcção demanda o mais rapido andamento e desenvolvimento. Nestes termos torna-se necessario que v. s.ª, em observancia da Portaria do Ministerio das Obras Publicas de 6 do corrente, que por copia lhe transmitto, passe as mais activas e energicas ordens a to-dos os magistrados do ministerio publico, e seus subordinados, para que, sempre que as obras dos caminhos de ferro, ou quaesquer outras publi-cas forem annunciadas sem fundamento de ver-dadeiro e real prejuizo dos annunciantes, sollici-tem logo com o maior zello e efficacia a ap-plicação da citada providencia da lei, a fim de que com a simples precedencia de vistoria se mande continuar na obra, prevenindo-se assim os graves danos occasionados pela demora da acção, e devendo os mesmos magistrados inter-por os recursos competentes se não forem atenu-dos nestas requisições. Deus Guarde a V. S.ª
O Procurador Geral da Corôa — José de Cuper-tino Aguiar — Ottolini — 12 de julho de 1857 — Ill.º sr. Procurador Regio da Relação de Lisboa.

Copia da copia. — Ministerio das Obras Pu-blicas. — Direcção Geral das Obras Publicas. — Repartição Technica. — Participando a Direcção da Companhia Nacional de Caminhos de ferro ao Sul do Tejo ter sido embargada judicialmente a obra do atterro que se estava effectuando na quinta de S.ª Roza, proximo da Moita, a requeri-mento de D. Maria Justina Posser Flechier, e com o pretexto de que tal atterro yeda a passa-gem para os portaes da mesma quinta; e ponde-rando a mesma Direcção os graves prejuizos que á execução das obras a seu cargo resultam d'este e d'outros embargos, que muitas vezes se fa-zem sem justo motivo: Manda Sua Magestade El-Rei dar conhecimento do exposto ao Conse-lheiro Procurador Geral da Corôa, a fim de que elle haja de expedir as recommendações ou ins-trucções que nos termos das leis julgar conveni-entes, para evitar, sem tolher a acção da justiça, que, não havendo motivo fundado sem prejuizo real, se ponham embargos á execução das O-bras Publicas, e especialmente ás duas linhas

testar todos os dias contra a pessima qualidade e pessimo fabrico dos que expõe no mercado publico?

Já na ultima exposiçao conseguiram os contractadores portuguezes obter premios honorificos, levando a sua audacia ao ponto de fazerem espurrar a populaçao de Londres quasi inteira, dando-lhe a provar, com animo prodigo, o rapé e o esturrimho do seu amanho industrial!

De certo que os estrangeiros que analysarem o tabaco, mandado deste paiz á exposiçao universal, hão de presuppôr que o temos aqui igual, para o nosso consumo, e não um outro muito differente para a nossa consummiação.

Hospital da misericordia. — Tivemos occasião de visitar ha dias este estabelecimento; e de observar o acceio e a ordem em que elle se achava.

Concluíram-se as janellas da frente, que o tempo tinha damnificado, e fizeram-se outros reparos de que a casa estava carecida.

O sr. Serafim Antonio de Castro, secretario da meza, é incansavel no desempenho dos seus deveres, e merece os nossos encômios pelo zelo, actividade e desinteresse com que dirige aquella casa.

E' para sentir que os rendimentos da Sancta Casa da Misericordia sejam por maneira tennes que não deixem tornar-se extensiva a maior numero de desprovidos da fortuna a sua beneficencia. Deixam-se por ali muitos legados cuja applicação seria mais para louvar se revertesse em beneficio della.

Parcialidade. — Foi ali muito censurado pela outra folha da localidade o sermão, que em Sexta-feira Santa pregou na Vera-Cruz o sr. padre Senos, esquecendo-lhe mencionar que em S. Domingos ouve um outro sermão sobre o mesmo objecto, que despertou o rizo e a compaixão (por ver assim tratado tão alto mysterio da religião) aos que o escutavam.

O sermão do sr. padre Senos era realmente velho e demasiadamente extenso, mas não heretico, e a apreciação revelava ser feita não ao orador, mas ao eleitor d'Ilhavo, que se recusara votar no sr. Firmino.

Estas censuras, que mostram a parcialidade e o accinte do escriptor, cabem por si.

Resposta. — Assim como tão pressurosamente transcreveu o outro jornal da localidade uns excerptos da correspondencia do *Jornal do Porto* em relação ao sr. José Estevão, assim tambem esperamos ver transcripto o excerpto da correspondencia do mesmo jornal, e que nós hoje publicamos como resposta á *Revolução de Setembro*, que serve igualmente para o outro jornal da localidade.

Roubo. — Escrevem nos de Castellões de Cambra o seguinte:

Na noite de 17 para 18 do corrente os saltadores commetteram um crime horroroso n'esta freguezia. Arrombaram uma porta da igreja, invadiram o sacario, roubando o vaso, onde estavam as particulas sagradas da Eucharistia, o respectivo pavilhão, os ornatos de prata das imagens do SS. Coração de Maria e de Nossa Senhora das Dores, um calix de prata, fivelas de sapatos, arrombando tambem as portas interiores da fabrica e sacristia, os quartos dos paramentos, e caixas das oblações dos fieis. Que requintada e ferina perversidade!

Noticias de silves. — Effectuaram-se novamente em Silves as sementieiras das terras baixas; e dizemos — novamente — porque já haviam sido feitas este anno duas vezes, e outras tantas destruidas pelas chuvas de feveiro e março.

As arvores promettem muito fructo, excepto as que rebentam mais cedo, como a alfarrobeira e amendoeira, cuja flor foi quasi inteiramente destruida pelo temporal, e as larangeiras que apresentam muito pouca flor.

Em Silves sahiu no dia 15 do corrente o sagrado Viatico aos presos e entevados, sendo acompanhado pelos empregados administrativos e judiciaes, e pela philharmonica da cidade. Nesse dia foi servido aos presos um abundante jantar, assim como lhes foram dadas esmolras em dinheiro, tudo a expensas dos dignos juiz de direito, delegado do procurador regio, administrador do concelho, e presidente da camara.

Esta edificante solemnidade não estava ali em uso. Foi o anno passado a primeira vez que teve lugar, sendo promovida pelo actual juiz de direito d'aquella comarca o sr. José Bernardo da Silva.

CORREIO

LISBOA 16 DE ABRIL

(Do nosso correspondente.)

Amigos:

Faria melhor mandando-vos o artigo principal do *Jornal do Commercio* de hoje, pedindo-vos que o transcrevesseis nas columnas do *Districto*, do que pertender redigir uma correspondencia noticiosa, quando a escassez de noticias é cada vez maior e o movimento politico é nullo.

— Ha já duas terças-feiras, que vos queixaes da falta das minhas correspondencias, quando tenho sido até hoje pontualissimo na renessa dellas nos dias designados e ás horas do corteio. Não sei pois a que deva attribuir o extraviado das minhas cartas, dando-se de mais a mais a singularidade de isso ter só acontecido com as que d' aqui partem aos domingos. — Em todo o caso fiquem os meus amigos na intelligencia de que todas as vezes, que, por um motivo qualquer, eu não possa mandar correspondencia, avizar-vos-hei no mesmo dia por uma carta particular, se tiver tempo para isso, ou pelo telegrapho no dia seguinte.

— A gente do *Campeão*, ou o seu supposto correspondente, continua a aggreirir o sr. José Estevão n'aquella linguagem mascavada, rasteira e vilã a que são useiros; pensando que na baixeza da phraze, na torpeza da injuria e na infamia da calunnia, com que pertende abalar o credito politico de que goza o sr. José Estevão, e a consideração e o respeito que o paiz todo tributa áquelle nobre caracter, pelos seus eminentes serviços, pela sua abnegação, pelo seu civismo e pelo seu brilhante talento, está a defeza do grupo dissidente!

Felizmente aquellas vozes sem respeitabilidade não tem echo. A sua influencia não passa as portas da typographia onde se imprime o jornal difamador. O paiz não conhece, nunca viu, nem ouviu esses toupeiros politicos que vivem debaixo da terra e que vão roendo as raizes das grandes arvores, sem conseguirem nunca abalar-lhes o tronco robusto, nem despil-as dos ramos frondosos, a cuja sombra se abrigam os proprios reptis que pretendem damnificá-las.

Os correspondentes do *Campeão*, e do *Jornal do Porto*, a quem a *Revolução* não tem pejo de abrir as suas columnas, para lhe transcrever as injurias é alleves ao homem a quem ella deveu o unico periodo glorioso de sua vida politica, deviam abster-se de fallar no sr. José Estevão, quando pertendessem advogar a causa dos *dissidentes*; mas primeiro era preciso ter juizo e dignidade partidaria, o que me parece que aquella gente nunca teve.

Toda a gente sabe em Lisboa que pouco antes da sahida dos srs. Avila e Carlos Bento do ministerio, houve uma reunião de toda a maioria em casa do sr. barão de Santos, — que ahi foi regeitada unanimemente uma proposta do sr. Arrobias para que se prestasse decidido apoio ao ministerio, e approvada outra em que esse apoio seria dado á *situação progressista* depois do ministerio se recompôr com individuos sahidos do seio da maioria. Toda a gente sabe que naquella notavel reunião os srs. Avila e Carlos Bento protestaram juntarem-se aos seus amigos nos bancos da maioria, e apoiarem lealmente o novo ministerio. Toda a gente sabe que o sr. José Estevão foi levado em triumpho de casa do sr. barão de Santos por todos os membros da maioria, e que o discurso que s. ex.^a ali pronunciou foi calorosamente applaudido por toda a assembleia, vindo todos por tal forma impressionados, que os proprios que hoje formam o grupo dissidente, diziam no outro dia — que o sr. José Estevão era o homem « da situação, que não era possível conservar-se « no poder o partido progressista sem a entrada « do illustre orador para o ministerio. »

Tudo isto foi publico e notorio, ninguém atqui o ignora, e só depois do sr. José Estevão se ter recusado nobremente a entrar em uma certa combinação, é que appareceram os *dissidentes*, explicando a sua vil deserção pelos recios de supposta influencia do sr. José Estevão no actual gabinete, influencia que elles sollicitaram, que promoveram, que queriam mais forte e mais directa, porisso mesmo que foi d'accordo com todos elles e com o proprio sr. Carlos Bento, que se offereceu ao illustre deputado por Aveiro a pasta do reino.

A verdade é uma só, e não serão os sophismas miseraveis da *Revolução*, nem as parvoissimas calumnias dos correspondentes do *Campeão* e do *Jornal do Porto*, que poderão enganar o espirito publico, nem convencer o paiz da moralidade politica do grupo dissidente.

Pelo que respeita ás expressões, que o *Campeão* me dirige pessoalmente, honro-me com ellas, e continuará a ser a maior ambição de toda a minha vida, merecer a inimizade, a guerra e as injurias dos tartufos, dos imbecis, dos calumniadores e dos devassos.

Os cabralistas e os miguelistas, não levaram a bem, que eu fosse apoiar no comicio eleitoral do circulo 114 a reeleição do sr. Braamcamp, tendo-me proposto candidato em opposição áquelle cavalheiro nas eleições geraes, e pertendem encontrar flagrante contradicção no meu procedimento. O *Conservador* e a *Nação* já se não lembram que por occasião das eleições geraes, o sr. Braamcamp representava a politica do ministerio transacto, ministerio que se adornava com o titulo de *rasgadamente progressista* á semelhança da gralha, que s'infeitou com as pennas do pavão, com a differença que o ministerio não se contentou só com as pennas, tinha o pavão inteiro, representante do elemento reaccionario, e figura predominante da situação passada. Não se lembram os jornaes do Costa Cabral e de D. Miguel, que eu, oppondo-me então á eleição do sr. Braamcamp, oppunha-me á politica do ministerio do sr. Avila, do ministro do Costa Cabral, do financeiro da agiotagem, do homem que decretou a lei das rollhas, que reformou o calendario inventando mezes de 45 dias, do inimigo da unificação italiana, do estadista que pertendeu fazer passar a bandeira do seu paiz por debaixo das sandalias do cardeal Antonelli, do reaccionario que queria mandar o bispo de Goa receber instrucções do rei de Roma. Ignoram ou fingem ignorar tudo isto para se admirarem que eu hoje apoie a candidatura do sr. Braamcamp, que representa a politica de uma situação progressista e liberal, que se não é a melhor, é todavia a que mais se aproxima de outra de principios mais democraticos e de acção mais forte e mais inergica, que será a unica situação capaz de governar, de administrar e de reformar a crise publica, segundo os verdadeiros principios de liberdade, de civilização e do progresso das nações e da humanidade.

Adens por hoje

Vosso

F. O.

CORREIO D'HOJE

Recebemos uma carta do nosso correspondente de Lisboa, dizendo-nos que nos não enviava a correspondencia do costume, pela falta que havia de noticias, e só falla na incerteza que reina ácerca da dissolução da camara, ou queda do ministerio.

No n.º seguinte do nosso jornal satisfaremos ao pedido do nosso correspondente, e não o fazemos no d'hoje por falta de espaço.

Effectivamente nem os jornaes da capital, nem os correspondentes dos jornaes do Porto, noticiam cousa que mereça a pena de prompta publicação.

No *Diario de Lisboa*, de 19 do corrente, vem um decreto assignado pelo sr. ministro da fazenda, melhorando e augmentando as quotas aos recebedores de comarca, em uma nova tabela que vem annexa ao mesmo decreto. Tambem o mesmo decreto contem uma disposição justissima, e é a que manda fazer avisos directos aos contribuintes antes da publicação das relações nominaes dos devedores e dos relaxes.

O augmento das quotas aos recebedores de comarca era uma medida instantaneamente reclamada pelas apuradas circumstancias, em que estes se achavam, e mesmo porque se sentia falta de quem exercesse estes empregos, attendendo á muita responsabilidade e grande caução que eram obrigados a prestar aos poucos lucros que a compensavão.

No mesmo *Diario* vem um decreto instituindo uma medalha que se denominará — Medalha de D. Pedro V, para os officiaes e soldados que fizeram parte da expedição d'Angola em 1859.

E' uma lembrança que honra o sr. ministro da marinha.

Outro decreto no mesmo *Diario* publicado, nomeando uma commissão para rever e codificar a legislação relativa ás nossas provincias ultramarinas: é composta dos srs. José Ferreira Pestana, Amaral, Pinto de Magalhães e Levy Maria Jordão.

Teve lugar no dia 20 do corrente, no edificio da Bolsa, da cidade do Porto, a annunciada reunião para reclamar dos poderes do estado a prompta demissão do sr. barão de Moreira. Consta que esta reunião fora concorridissima e que reinara a maior ordem e socego. Elegeram para presidente da meza o sr. barão da Nova Cintra, e para secretários os srs. Loureiro e dr. Alberto de Souza Neves.

O sr. dr. Alberto leu uma representação dirigida á camara dos srs. deputados e outra ao governo de S. M. nas quaes se pedia com instancia a demissão prompta do consul portuguez no Rio de Janeiro, não só como um acto de moralidade publica, mas como medida que prende com valiosos interesses para o paiz.

Estas representações foram depois cobertas por centenares de assignaturas.

Nomearam uma commissão para conduzir e apresentar em Lisboa as representações, composta de oito deputados, oito capitalistas, seis artistas e um representante da imprensa, o sr. Manoel de Sousa Carqueija.

Estava determinada para hoje (22) a cerimonia do assentamento da pedra fundamental e inauguração da obra de edificação do novo hospital militar, que com a denominação de — Hospital militar de D. Pedro V — se vae construir no campo dos Cardelhas, junto á rua da Boa-Vista.

O sr. general Ferreira tinha dirigido uma circular acompanhada do programma da cerimonia, convidando a comparecerem os principaes funcionarios e pessoas notaveis do Porto.

Do exterior nada ha que mereça mencionar-se.

Um telegramma com data de 19, ás 3 horas e 20 minutos da tarde de Madrid, diz — O jornal *La Nationalité*, diz que a França favorecerá cada vez mais a Italia.

O *Constitutionnel* mostra ter perdido as esperanças de haver concessões da parte de Roma.

O governo prussiano publicou um rescripto em que se apontam algumas economias.

Na Russia esperão se reformas politicas importantes.

COMMERCIO

Mercado de Aveiro, em 21 de Abril de 1862

Trigo.	por alqueire	850
Milho da terra	»	360
Dito do norte.	»	340
Feijão branco.	»	400
Dito amarello.	»	360
Dito encarnado.	»	360
Dito larangeiro	»	440
Dito frade amarello.	»	300
Dito frade branco.	»	320
Cevada.	»	240
Batata.	»	200
Azeite.	almude	4200
Sal.	moio de razas.	2500
Vinho.	almude	1:600

MOVIMENTO

DA BARRA

Aveiro 15 de abril

Sahidas

PORTO—Rasca port. Victoria m. L. da Silva, 11 pes. de trip., sal.

PORTO—Hiate port. Santa Cruz, m. A. d'A. Laborinho, 8 pes. de trip., sal.

PORTO—Hiate port. Conceição Feliz m. F. d'Oliveira, 6 pes. de trip., sal.

LISBOA—Rasca port. Flor d'Aveiro, m. A. J. Diniz, 10 pes. trip. madeira.

LISBOA—Rasca por. Conceição Estrella, m. J. da S. Marçalho, 10 pes. de trip. madeira.

Entradas

Voltou para dentro o Hiate «Conceição Feliz», por lhe escaciou o vento.

Em 17

PORTO—Hiate port. Oriente, A. da C. Pinto 8 pes. de trip. lastro.

Em 18

LISBOA — Hiate port. Herminio m. J. Biaia, 8 pes. de trip. ferro a empreza Salamanca.

LONDRES—Escuna inglesa, Ligitteung cap. B. V. Tro-mayne, 6 pes. de trip. lastro.

Em 20

CFZIMBRA— Cahique port. S.ª da Conceição m. A. V. Fuzeta, 10 pes. de trip. peixe salgado.

Em 16 sonda da barra, 4.ª 20.

ANNUNCIOS

Pelo cartorio do escrivão Leite se hão de arrematar no dia 4 de maio do corrente anno, pelas 10 horas da manhã, na execução que a F. N. move a Antonio d'Almeida Vasconcellos, ex-recebedor de Cambra — Um campo chamado a—Corredoura,—no limite de Villachã, que se compõe de terra lavradia, agua de rega e arvoreds de fructo, avaliada em 170\$000 rs. — Uma quinta chamada a—Relvas,—que se compõe de terra lavradia, casas, mattos e vinhas, avaliada em 560\$000 rs.

Pelo cartorio do escrivão Gusmão se hade arrematar em praça, uma propriedade de terra lavradia chamada a—Ucha—que parte do Norte com Manoel Rodrigues Vieira, e do Sul com varios confinantes, pertencente ao casal de Joaquim Simões Maio do Ajudante, de São Bernardo, para pagamento de dividas no inventario por morte da mulher do mesmo, no dia 27 do corrente, pelas nove horas da manhã, no tribunal de justiça desta cidade, e vai á praça no valor de 100\$000 réis.

Januario da Rocha e mulher, da Parada de Cima, Izabel Domingues e marido, Maria Demingues e marido, esta como representante de sua mãe, outra Maria Domingues, da Parada de Baixo, querem habilitar-se na curadoria de seu irmão, e tio Manoel da Rocha, deste lugar, auzen-te ha mais de 40 annos, filho de João da Rocha, e Maria Domingues, já defuntos, deste mesmo lugar. Pelo que correm editos no juizo ordinario de Vagos, e cartorio do escrivão Camello, a chamar todos os interessados para deduzirem o direito que tiverem aos bens do mesmo auzen-te, no dito juizo e cartorio, no prazo de 15 dias, a contar do dia 15 do corrente.

No dia 27 do corrente mez de abril pelas 9 horas da manhã, junto ás moradas do sr. doutor Bento de Magalhães, desta cidade, se hão de vender em praça publica a quem maior lanço offerecer, os predios e objectos seguintes, pertencentes a Francisco José da Costa Moraes, natural do lugar da Moita da Oliveirinha, residente na cidade de Bagé, imperio do Brazil.

A quarta parte de uma terra sita na lavoura da Moita, levando esta quarta parte um alqueire e trez quartas de sementeira, que parte do Norte com a servidão de diversos; do Sul com Manuel Marques, do Rego da Venda, e do Poente, com a viuva de Manuel Diniz, avaliada em rs. 40\$000

A metade de um pinhal, sito na Azenha de baixo, o qual levará cerca de dois alqueires de sementeira, parte do Norte com Manuel Gravelho, e do Sul com o caminho publico, avaliada em rs. 17\$500

A metade de um pinhal, sito na Cova do Cangalho, limite da Moita, levando todo o pinhal cerca de oito alqueires de sementeira, parte do Poente com os Marques, do Rego da Venda, e do Nascente com o caminho da Azenha de baixo, avaliada em rs. 25\$000

(Declara-se, que Silverio José de Moraes, dono da outra metade deste pinhal, tambem a venderá conjuntamente em praça, vendendo-se desta forma o pinhal inteiro.)

Uma terra sita na Alagôa, limite de Esgueira, que leva quatro alqueires de sementeira, parte do Norte com Joaquim dos Santos Gamellas, e do Sul com Antonio Ferreira, avaliada em rs. 15\$000

Alem dos referidos predios vender-se-hão alguns móveis, roupas, e instrumentos rusticos, avaliados tudo isto em 9\$310

Aveiro 12 de abril de 1862.

O procurador Joaquim dos Santos Gamellas.

Alugam-se os altos da casa que faz esquina para a Praça e rua dos Ferradores.

Trata-se do aluguel junto á mesma em casa do seu proprietario, Bento José d'Amorim.

RESPONSAVEL:—M. C. da Silveira Pimentel

Typ. do Districto de Aveiro.